

O Luxemburgo, Candidato ao Conselho de Segurança no período 2013-2014

Um compromisso de longa data com a cooperação multilateral

Estado multicultural e plurilinguista pela sua história, pela sua posição geográfica e pela sua composição demográfica, o Grão-Ducado do Luxemburgo sempre baseou a sua política externa numa participação activa na cooperação multilateral, tanto a nível regional como internacional, tendo sido, nomeadamente, membro fundador da União Europeia, do Conselho da Europa, da OCDE e da OSCE.

Convicto da necessidade de uma abordagem baseada no direito internacional e na cooperação multilateral entre Estados soberanos e iguais, na perspectiva de um trabalho colectivo em prol da paz e do desenvolvimento, do respeito pelos direitos humanos e da resolução dos problemas internacionais de ordem económica, social, cultural e humanitária, o Luxemburgo foi também, muito naturalmente, um membro fundador da Organização das Nações Unidas.

Uma contribuição concreta para os objectivos e princípios da Organização

O Luxemburgo reafirma o seu compromisso com a ONU e os seus objectivos e princípios, não só cumprindo as suas obrigações financeiras, conforme previstas na Carta, mas, também, contribuindo regularmente para o financiamento voluntário dos Fundos e Programas das Nações Unidas, participando em operações de manutenção da paz e prosseguindo uma política activa de cooperação para o desenvolvimento.

Em termos de contribuições ao orçamento regular e ao orçamento das operações de manutenção de paz da ONU o Luxemburgo é actualmente o 54º e o 39º contribuinte respectivamente, em termos absolutos, e figura entre os primeiros em termos de contribuições per capita.

É nomeadamente, e em termos absolutos, o 18º país doador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o 14º do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), o 18º do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o 13º da Organização Mundial de Saúde (OMS), o 15º do Escritório de Socorro e de Trabalhos das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Médio Oriente (UNRWA) e o 19º do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

O nosso compromisso no âmbito da ajuda humanitária é realçado pelo facto do Luxemburgo ser um dos principais países doadores, o 13º em termos absolutos, do Fundo Central de Resposta de Emergência das Nações Unidas (CERF) e o 21º do Escritório de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA).

E, no âmbito do “emergency.lu”, são desenvolvidos no Luxemburgo trabalhos a fim de estabelecer uma capacidade de comunicação por satélite móvel. Esta capacidade destina-se a ser colocada à disposição da comunidade humanitária, em colaboração com o Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas, enquanto líder do grupo de telecomunicações de emergência, a fim de assegurar o acesso às comunicações por satélite nas zonas atingidas, imediatamente após uma catástrofe.

Sob o impulso do Luxemburgo, que, no 1º semestre de 2005, assumiu, pela décima primeira vez, a Presidência do Conselho da União Europeia, e, para responder à premente necessidade de

desenvolver todos os esforços para atingir os Objectivos do Milénio no âmbito do desenvolvimento, os Estados-membros da União Europeia decidiram comprometer-se, segundo calendários precisos, num importante aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), tendo em vista atingir, colectivamente, uma relação APD/RNB de 0,7% até 2015.

Actualmente, o Luxemburgo é, a nível mundial, o segundo entre os países que ultrapassam o objectivo fixado pela ONU de reservar 0,7% do Rendimento Nacional Bruto para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Em 2010, a APD representou 1,09% do RNB do Luxemburgo e as autoridades luxemburguesas estão determinadas a manter este nível de contribuição.

Por outro lado, o Luxemburgo participa de maneira regular e activa em operações de manutenção da paz. No decurso dos últimos anos, forças luxemburguesas contribuíram nomeadamente para os esforços da ONU na ex-Jugoslávia (FORPRONU, IFOR, SFOR e KFOR), no Líbano (FINUL) e no Afeganistão (ISAF).

No contexto da Política de Segurança e de Defesa comum da União Europeia e da gestão civil e militar de crises na UE, o Luxemburgo também assumiu as suas responsabilidades participando, entre outras, nas missões na ex-Jugoslávia, na República Democrática do Congo, no Tchad e na Faixa de Gaza. Actualmente o Luxemburgo também participa na operação marítima da União Europeia de apoio à execução das resoluções do Conselho de Segurança contra a pirataria ao largo da costa da Somália, bem como na missão de treino das forças de segurança somalis.

O compromisso em prol da democracia e da boa governação, do Estado de direito, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais constitui outra característica permanente da diplomacia luxemburguesa. Assim, o Luxemburgo apoia activamente o trabalho do Alto Comissariado para os Direitos do Homem e do Conselho dos Direitos do Homem, a promoção da noção de responsabilidade de proteger, o funcionamento da Comissão de Consolidação da Paz, bem como as acções das Nações Unidas contra o terrorismo e a proliferação das armas.

O Luxemburgo reconhece a grande importância do trabalho da ONU no domínio da reforma do sector da segurança, do desarmamento, da limitação das armas e da não-proliferação.

A paz e a segurança, o desenvolvimento e os direitos humanos são os 3 pilares fundamentais em que assentam as Nações Unidas. Estes valores fundamentais só se poderão concretizar e exprimir plenamente por meio de um sistema multilateral eficaz, eficiente e credível.

O Luxemburgo está empenhado numa renovação do multilateralismo, nomeadamente através de uma reforma das Nações Unidas, incluindo uma reforma do Conselho de Segurança que tenha como objectivo um Conselho mais representativo, mais transparente e mais aberto.

A vontade de assumir as suas responsabilidades

Para além dos seus esforços em matéria de desenvolvimento e de manutenção da paz, o Luxemburgo participa activamente na vida da ONU e assume responsabilidades nos diferentes órgãos da Organização, nomeadamente, nos termos previstos na Carta das Nações Unidas.

Com efeito, o Luxemburgo foi membro do Conselho Económico e Social (ECOSOC) por 3 vezes e teve a honra de assumir a Presidência desse órgão principal em 2009. Do mesmo modo, foi membro da Comissão dos Direitos Humanos e fez parte da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) entre 2007 e 2009. Em Fevereiro de 2011, o Luxemburgo assumiu a Presidência da nova Formação Guiné da Comissão de Consolidação da Paz.

Em 2008, o Luxemburgo presidiu pela segunda vez o Conselho de Coordenação do programa ONUSIDA. Assumiu funções no Conselho de Administração da UNICEF, bem como do PNUD/FNUAP, sendo actualmente membro desta última. O Luxemburgo faz igualmente parte do grupo dos 41 membros do Conselho de Administração da ONU-Mulheres, a nova entidade das Nações Unidas para a igualdade dos sexos e do empoderamento da mulher, em linha com o compromisso de longa data do Luxemburgo a favor da igualdade homens-mulheres, dos direitos e do empoderamento das mulheres no seio das Nações Unidas.

Faz parte, entre outros, dos «Amigos da Aliança das Civilizações», dos «Amigos do Representante Especial das Nações Unidas para as Crianças e os Conflitos Armados», dos «Amigos para a Prevenção de Conflitos», e dos «Amigos do Tribunal Penal Internacional».

O Luxemburgo contribuiu, já por diversas vezes e enquanto facilitador, para a Presidência da Assembleia Geral e, nomeadamente no que diz respeito a fazer avançar o dossier de harmonização do sistema das Nações Unidas, para a preparação da Reunião de alto nível encarregada de examinar a aplicação da Estratégia das Maurícias (MSI+5), bem como para a Reunião de alto nível sobre a prevenção e controlo das doenças não-transmissíveis (NCDs).

Desde a adopção do Protocolo de Kyoto em 1997, o Luxemburgo assumiu, em conjunto com os seus parceiros europeus, compromissos vinculativos para redução das emissões de gás carbónico e para atenuar os efeitos das alterações climáticas. Membro do grupo “Amigos contra as alterações climáticas”, o Luxemburgo continua a apoiar os esforços que visam chegar a um acordo juridicamente vinculativo no quadro da ONU.

O Luxemburgo contribui, do mesmo modo, para o Financiamento acelerado a fim de fazer face às alterações climáticas. Esses recursos provenientes do Luxemburgo, são novos e adicionais à ajuda pública para o desenvolvimento.

A candidatura ao Conselho de Segurança 2013 - 2014

Embora tenha sabido dar provas de solidariedade e de empenhamento, o Luxemburgo nunca teve a honra de ocupar um assento no Conselho de Segurança. O Luxemburgo está disposto a partilhar a responsabilidade atribuída ao Conselho de Segurança de zelar pela manutenção da paz e da segurança internacionais, em plena transparência e no respeito pela igualdade soberana dos Estados, conforme o previsto na Carta das Nações Unidas.

No seu relatório intitulado «Numa maior liberdade», o antigo Secretário geral, Kofi Annan, sublinha que «não pode haver segurança sem desenvolvimento nem desenvolvimento sem segurança e tanto um como o outro dependem do respeito pelos direitos humanos e do Estado de Direito».

É com esse espírito que o Luxemburgo se esforçará para contribuir de forma útil para o Conselho de Segurança das Nações Unidas no período 2013-2014, se tiver a honra e a oportunidade de servir enquanto membro não-permanente.